



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,  
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS  
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

# Texto para discussão

Texto para discussão nº 06/2005

## *RELAÇÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA ECOLÓGICA*

Elenice Pastore

Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho  
(GIEST)

# RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA ECOLÓGICA\*

Elenice Pastore\*\*

## INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste capítulo está nas *transformações* que ocorrem com as famílias de agricultores ecológicos, em relação ao sistema produtivo, às relações intrafamiliares e de gênero, principalmente no período logo após as frustrações da *revolução verde*.<sup>1</sup>

Parte-se do pressuposto que o sistema produtivo difundido, sob análise nos últimos dez anos, imprime gradualmente não só nova visão de mundo, gerando novas compreensões acerca do meio que a envolve, mas também reordena radicalmente o sistema agrícola quanto às opções tecnológicas, novos processos de trabalho (divisão de tarefas) e imposição de relacionamentos distintos com os agentes.

Busca-se, compreender como se estabelecem as relações no interior das famílias rurais nesse novo sistema: quais são suas repercussões no processo de trabalho em vista das alterações nos sistemas agrícolas? Como são tomadas decisões referentes ao uso da terra, à distribuição do trabalho entre membros da família e aos agentes externos ao estabelecimento? Quais os impactos em relação à família e, especialmente, às mulheres, tendo em vista a maior complexidade e diversidade que os sistemas agroecológicos impõem? Qual o papel e o lugar da mulher nessas novas sociopolíticas-organizativas em relação à produção, ao meio e a outros *atores que entram em cena* a partir dessa nova perspectiva?

Este estudo foi realizado na Região Serrana do Rio Grande do Sul.

## UM PERÍODO DE TRANSFORMAÇÕES

Para o grande historiador inglês Hobsbawn (1995), o mundo contemporâneo tem observado transformações significativas em todos os campos da vida social. Essas mudanças *extremas* podem ser notadas a partir de diferentes focos, porém duas dessas mudanças se enquadram no objetivo deste início de capítulo.

- a) a crescente participação feminina no mundo do trabalho, processo social normalmente associado, em sua etapa preliminar, aos chamados *anos dourados* (1945-1975), que assistiram à crescente inclusão da força de trabalho feminina nas atividades externas ao mundo privado doméstico, em virtude de ter sido esse um período de expansão econômica sem precedentes na história do capitalismo. Esse fato, já nos anos de 1960 em diante, estendendo-se a diversos países, contribuiu decisivamente (associado a outros fatores típicos daquele período, como a emergência dos movimentos feministas) para a crescente presença e participação de mulheres em outras esferas societárias e, também, ao crescente interesse das ciências sociais em interpretar esse novo fenômeno, em todos os âmbitos sociais, seja das cidades, seja do mundo rural.

\* Artigo publicado no livro, TEDESCO, João Carlos; PASTORE, Elenice, (Orgs.) Ciências Sociais: debates contemporâneos. Passo Fundo: Méritos, 2005.

\*\* Professora da Universidade de Passo Fundo, mestre em Sociologia pela UFRGS.

<sup>1</sup> A noção de Revolução Verde indica, na literatura, um processo de mudanças pelo qual “a realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas, desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou esse processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente [...] em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas de pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônomicas e de insumos industriais genéricos” (GOODMAN, et al., 1990).

b) conjunto de mudanças que vêm ocorrendo em relação às atividades agropecuárias e suas características produtivas e tecnológicas, nesse caso em um período mais recente, que poderia ser situado como estando entre os últimos vinte anos.

Análise das relações existentes entre esses dois processos de mudança, procura estabelecer os nexos causais entre os dois *grandes eixos de mudança*, acima indicados.

É importante compreender que tem sido crescente o processo de transição de sistemas agrícolas que se modificaram a partir ou de uma situação anterior/tradicional (sistemas agrícolas policultores voltados primordialmente à subsistência das famílias rurais) ou, então, a partir de *sistemas modernizados* (estabelecimentos rurais que adotaram lógicas de mudança na modernização agrícola dos anos de 1970 em diante) transformando-se gradualmente em sistemas agrícolas com enfoques ecológicos de diversos matizes e orientações.

No entanto, segundo evidências assistemáticas, as experiências existentes (algumas com implantação há mais de dez anos), mesmo propondo um novo sistema de produção com significativos resultados produtivos e ambientais, permanecem, no geral, imersas em um ambiente patriarcal, reproduzindo-se desiguais entre homens e mulheres. Essa desigualdade é percebida de forma nítida na divisão de papéis, onde os homens permanecem sendo responsáveis pela esfera pública e as mulheres pela esfera privada, compreendida normalmente como tarefas domésticas.

### A agricultura nos processos de transformação

As últimas décadas do século XX marcaram-se por transformações na agricultura brasileira, expressas como *modernizações tecnológicas*, ou, mais genericamente, como *revolução verde*, expressão tirada de uma idéia de desenvolvimento e progresso agrícola que se consolidou após a Segunda Guerra Mundial. A *revolução verde* implementou, através de um conjunto interdependente de práticas agrícolas, a difusão de técnicas que foram aplicadas a diferentes ecossistemas, ou seja, a regiões com clima e geografia diferentes. Começa a acentuar-se também o controle e modificação dos elementos do processo biológico de produção. Marca, ainda, uma maior homogeneização do processo agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas relacionadas à agricultura com a utilização de insumos industriais, baseados em máquinas sofisticadas, agrotóxicos, adubos químicos, sementes selecionadas e outros.

Esse modelo de produção agrícola condicionou a incorporação de diferentes famílias rurais, principalmente as de agricultura familiar, visando aumentar a produção para exportação. Essa nova lógica de produção aumentou os custos, principalmente, com insumos e máquinas, sendo que a rentabilidade quase sempre significou perdas para as famílias rurais. Essas perdas só não foram maiores porque existia uma política de administração de preços que passou a ser sustentada a todo custo. Com o passar do tempo e a intensificação do processo de modernização, os problemas foram aumentando, principalmente devido aos seus impactos ambientais, sociais e econômicos, principalmente nos países subdesenvolvidos, relacionados ao aumento da pobreza no campo e o conseqüente êxodo rural.

Todos esses fatores, somados à inviabilidade de sustentação permanente, por parte do Estado, da diminuição da renda das famílias rurais e dos lucros dos setores agroindustriais, resultaram inúmeras críticas ao padrão tecnológico, devido à sua insustentabilidade geral, seja do ponto de vista ambiental, seja pelo ângulo econômico, seja por seus impactos sociais, entre tantas outras análises críticas produzidas nos anos mais recentes.

A contestação social, relacionada principalmente ao surgimento de movimentos sociais rurais, a partir dos anos de 1980, obteve cada vez mais força nos anos subseqüentes, bem como a constante presença do meio acadêmico em investigar esse processo que costumamos chamar de *transições na agricultura*.

## Os sistemas agrícolas ecológicos

A contrapartida ao questionamento crescente à *agricultura moderna* tem sido exatamente a multiplicação de iniciativas de constituição de sistemas agrícolas ecológicos ou *mais sustentáveis*, que de fato reconstruem o que se entende, genericamente, por *agricultura*, como forma de produção e como modo de vida.

Em termos genéricos, essas novas propostas de produção agrícola, que pretendem ser mais ecológicas e sustentáveis, organizam-se, de um lado, reduzindo ao máximo o uso de insumos industrializados e, de outro, promovendo intensos rearranjos nos sistemas agrícolas dos estabelecimentos rurais das famílias que vêm aderindo a essas modificações.

A agricultura ecológica, seja qual for sua orientação mais geral, parece estar multiplicando-se em vários países, contando inclusive com a crescente aceitação de consumidores ávidos por produtos alimentares *naturais*, *limpos* ou *orgânicos*. É assim que mercados de produtos ecológicos têm crescido a altas taxas, estimulando famílias rurais *agroecológica*.<sup>2</sup>

Já em meados de 1970, diferentes grupos se organizavam das mais variadas formas contra a degradação ambiental, não só causadas pelas práticas agrícolas modernas, mas pelo modelo de desenvolvimento em curso na época. Os objetivos dessas organizações, nesse primeiro momento, giravam muito mais em torno das questões ambientais, como combate à degradação dos solos, uso de agrotóxicos, poluição das águas, usinas nucleares etc. Alguns anos mais tarde é que se incorporaram com maior vigor ao discurso ambientalista as preocupações políticas e sociais, quando uma série de ONGs com atuação no meio rural se formaram ou incorporaram linhas de ação que podem se chamar de *agroambientalistas*.

A perspectiva de implementação de práticas agrícolas que consolidem uma agricultura sustentável tem atraído esforços de muitos setores, como os sociais, os governamentais, mas atrai mais o setor agrícola. A partir dessa perspectiva de desenvolvimento sustentável, enumeram-se uma série de experiências que estão sendo desenvolvidas, pressupondo modificações de melhor manejo dos recursos naturais, desenvolvendo atividades mais compatíveis com a preservação do meio ambiente, com produção de alimentos mais limpos e com maior renda para as famílias rurais. Essas novas propostas de utilização dos recursos naturais sugerem que o sistema agrícola se diversifique mais, seja mais completo, mais interdependente e mais autônomo (aos insumos externos), ampliando a biodiversidade para alcançar um nível de equilíbrio ampliado. Seriam também previstos, uma crescente capacidade produtiva, maior qualidade de vida, maior segurança alimentar e, especialmente, a construção de uma base física de produção mais segura, mais sustentável e com maior imunidade aos riscos externos.

Na região pesquisada, mais do que resultados econômicos e ecológicos, pode-se ressaltar, em especial, a construção ao longo dos anos de um processo cada vez mais sólido de interação social entre famílias de agricultores ecologistas, suas associações e os próprios consumidores, o que vêm fortalecendo estrategicamente o desígnio de implementar processos equitativos na relações homem/natureza.

Não reduzindo apenas à noção de sustento econômico, mas também é de produção de alimentos *limpos* e mais saudáveis, esses novos atores têm demonstrado, na prática, a importância de se constituir como um grupo que não pensa *socialmente*, mas age *concretamente*.

Assim, um depoimento expressa claramente essa nova percepção, quando uma agricultora afirma que: “[...] O que estamos produzindo não é só para a nossa saúde, para a nossa sobrevivência e pra que a nossa expectativa de vida seja melhor, a gente também pensa na vida das outras pessoas. Com a venda da produção a gente não pensa só no dinheiro, mas principalmente nas pessoas, na

---

<sup>2</sup> Embora exista uma controvérsia a respeito, não se discutirá neste estudo as nuances associadas ao termo *agroecologia*, que aqui se entenderá como sendo, genericamente, correspondente a *agricultura ecológica*, *lato sensu*, indicando especialmente a utilização de técnicas ecológicas em um determinado estabelecimento rural, (GLIESSMAN, 2000).

qualidade da comida, e também porque pensamos no futuro dos nossos filhos, que eles não saiam para a cidade”.<sup>3</sup>

Portanto, essas famílias rurais que se envolvem gradualmente em sistemas agroecológicos incorporam novos valores, percepções e perspectivas acerca da produção e de suas relações, produzindo uma nova *visão de mundo*, que está moldando novas racionalidades entre as famílias através do adensamento do processo de interação social e da sociabilidade em geral. É possível perceber entre os agricultores o embrião de uma identidade já constituída nesse período relativamente curto, mas significativo de implantação da agricultura ecológica, onde eles se tornam efetivos sujeitos do processo, dominando técnicas de produção, industrialização, comercialização, inserção no mercado e organização associativa. É dentro dessa perspectiva que analisaremos as alterações no campo das relações de gênero.

## RELAÇÕES DO GÊNERO NA AGRICULTURA

### Aspectos conceituais sobre gênero

Para o aprofundamento acerca das relações de gênero na agricultura e, em especial, na ecológica, é preciso uma compreensão sobre as noções conceituais do gênero. Num primeiro momento a categoria *gênero* foi usada para indicar a condição da mulher em relação à discriminação no campo econômico, político e social. É a corrida das mulheres por participação no mercado de trabalho, ou seja, no espaço público, na perspectiva da interdependência e autonomia. Contudo, somente nas últimas décadas é que se iniciam as discussões em torno do gênero, que partem da crítica às estruturas do patriarcado e da sociedade de classes. Despertando mulheres e homens intelectuais para desenvolverem empírica e teoricamente análises do conceito de gênero. Portanto, gênero é expressão culturalmente determinada da diferença sexual, que questiona os papéis sociais destinados às mulheres e homens, permitindo uma compreensão do *ser mulher* e do *ser homem* como uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos.

A noção de gênero parte da idéia de que os papéis e as identidades de homem e de mulher se definem dentro de determinada cultura, o que significa que a posição de cada sexo não é constituída biologicamente, mas constituída culturalmente. A partir das diferenças biológicas, criaram-se comportamentos, valores e atributos para mulheres e homens que socialmente caracterizam o feminino e o masculino. Contudo, diferenças fisiológicas/anatômicas não podem ser sinônimo de desigualdade social. Relaciona-se a gênero a existência de desigualdade nas relações entre os sexos e a posição inferior que a mulher ocupa nelas. Essa idéia está baseada na segregação e na hierarquia que supõe uma dominação masculina, com a qual a diferença está estabelecida, de tal forma que o masculino sempre está sobrevalorizado, enquanto a mulher atua em relativa subordinação ao homem. Essa hierarquização sexual se materializou em sistemas sociais, políticos e históricos, totalmente patriarcais. (BEDIA, 1995, p. 55-62). O patriarcado, entretanto, passou a estabelecer uma hierarquia entre os sexos, na qual o homem concebe-se como um ser superior, que domina o inferior.

No intuito de rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual, Joan Scott define que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. As diferenças entre os sexos, ou seja, as características biológicas são confundidas com as características femininas e masculinas constituídas socialmente dentro de certos contextos culturais considerados como naturais.

---

<sup>3</sup> M. Z., agricultora, 35 anos.

Para Bourdieu (1999, p. 33), a diferença biológica entre os sexos, isto é, o corpo masculino e o feminino e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho em função da reprodução. Segundo o sociólogo, a força particular masculina provém do fato de essa força acumular e condensar duas operações: “[...] ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

O conceito de gênero, além de ser a categoria central da teoria feminista, foi incorporado nas últimas décadas às ciências sociais. No entanto, como assinala Bedia, se o gênero é uma construção cultural, por força, deve ser objeto de estudo das ciências sociais, pois é considerado princípio estruturador em todas as sociedades que se expressam nas condições de produção e reprodução, reforçado através de sistemas culturais, religiosos e ideológicos. (BEDIA, 1995, p. 62).

Na atualidade, o conceito de gênero tomou relativa significância principalmente no meio acadêmico e no interior das organizações feministas, sendo reconhecido como um avanço teórico nos estudos das relações entre mulheres e homens na sociedade. Gênero também é frequentemente utilizado como sinônimo de organizações de mulheres, ou então, de forma mais simbólica, caracterizou-se como o estudo sobre os problemas das mulheres, o que muitas vezes tem resultado em confusões e desvio de conceito. Isso se deve também porque o termo *gênero* esteve historicamente presente no discurso feminista e nas organizações de mulheres, o que passou a ser caracterizado como *questão de mulher*.

## Retratos e realidades de gênero na agricultura

Ao analisar a participação feminina na força de trabalho, percebeu-se um fenômeno importante de crescimento e ascensão de forma bastante rápida. A partir da metade do século XX, juntamente com o crescimento da indústria brasileira, as mulheres passaram a ingressar no mercado de trabalho, aumentando sua participação entre os anos de 1950 à 1980, 13 pontos percentuais, chegando nos anos de 1990 a representar uma taxa de participação feminina de 40%. Contudo, a massiva entrada das mulheres nos espaços de trabalho não significou uma diminuição das desigualdades de gênero. O emprego para as mulheres ainda concentra-se em alguns setores e em pequeno número de profissões. Há muitas situações onde as mulheres trabalham em profissões pouco definidas, menos especializadas e menos remuneradas. O espaço doméstico permanece, na grande maioria das famílias, ainda sob responsabilidade das mulheres, acarretando uma sobrecarregada jornada de trabalho.

No espaço rural, a participação feminina toma outra conotação com especificidades próprias em relação aos processos de trabalho que, geralmente, envolvem mão de obra familiar no desenvolvimento das atividades. As mulheres participam em todas as atividades, dependendo da quantidade de membros da família disponibilizados para as atividades agrícolas. As mulheres, mãe e filhas, têm por responsabilidade as atividades ditas domésticas, o que não as ausenta das atividades na agricultura, ao contrário, elas conciliam as duas atividades permanentemente.

Esse contexto promove, de forma involuntária, uma separação de atividades que se torna praticamente *naturalizada* à divisão sexual do trabalho. Mesmo o grande estudioso da produção econômica camponesa, Chayanov, ao se deparar com as estatísticas que apontavam o tempo de trabalho muito maior das mulheres em relação ao dos homens, na Rússia do início do século, afirmou: “uma grande parte do trabalho do homem é empregada nas atividades artesanais, comércio e agricultura. A força de trabalho da mulher se utiliza de forma predominante no trabalho doméstico. Em geral, a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro. Os adolescentes trabalham menos dias que os adultos. A distribuição de seu trabalho nos setores da

fazenda é de acordo com o sexo; em geral, os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens dedicam muitos dias ao trabalho doméstico.” (CHAYANOV, 1985, p. 210).

Essa *naturalização* da divisão sexual do trabalho parte do princípio de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, a pecuária, enfim, tudo o que se associa ao mercado) e as mulheres responsáveis pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, o que é feito para uso e consumo próprio, sem contar a reprodução da família pelo nascimento e criação dos herdeiros). A diferenciação de tarefas entre homens e mulheres tem também como consequência uma subordinação entre os gêneros. Na agricultura familiar essa subordinação se expressa, entre outras questões, na desvalorização das atividades realizadas pelas mulheres (principalmente no trabalho doméstico, já o seu trabalho na agricultura é considerado como *ajuda*), no papel reconhecido do homem como principal responsável pela unidade familiar, assim como na aceitação mais ou menos generalizada de que, em função disso, cabe ao homem representar a unidade familiar no ambiente público, para fora do estabelecimento.

Mesmo existindo significativos estudos acerca do tema mulher/gênero na agricultura, ainda é difícil compreender a separação entre o espaço público e o privado, pois há uma mescla de atividades. Por exemplo, as atividades desenvolvidas pelos homens relacionam-se ao trabalho da roça, ao *poder político* de tomada de decisões, à participação e representação como *chefe* da família em espaços da sociedade, da comunidade e dos *negócios na cidade*. Enquanto que as atividades desenvolvidas pela mulher extrapolam o espaço delimitado da casa e do cuidado dos filhos, incluindo também as atividades da horta e da roça (considerados como *ajuda* ao marido), assumindo trabalhos regulares de plantio, capina, colheita e outros, especialmente na produção das chamadas miudezas<sup>4</sup> e do cuidado de um pequeno pomar.

Para Tedesco (1999, p. 175), “[...] no meio rural sempre esteve presente a divisão espacial em termos de *casa e de fora*,<sup>5</sup> relacionada à alimentação, educação, limpeza, reprodução dos princípios inerentes à família do colono e à cultura camponesa e ao meio rural em geral [...]”. O trabalho doméstico, espaço privado e o trabalho fora de casa, como o espaço público, em geral produzem intranquilidade, pois mesmo as mulheres desenvolvendo atividades fora de casa, essas atividades não contam como valor econômico. No entanto, atividades realizadas pelos homens no espaço privado, como o vinho produzido nos porões das casas, têm alto valor comercial.

Um estudo realizado por Paulilo relaciona a divisão sexual de trabalho no meio rural com uma terminologia mais adequada à realidade espacial, não mais como espaço público ou privado, mas sim pode ser definido como espaço produtivo e improdutivo. Por certo, é preciso considerar que essa terminologia carrega consigo um certo juízo no que tange à importância de um ou de outro. Segundo Paulilo (2001), “[...] na década de 1970, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar *trabalho produtivo* de *trabalho improdutivo*, referindo-se, o primeiro, às atividades que produzissem mais valia, enquanto o trabalho doméstico seria improdutivo”. Para a autora, é preciso considerar que, apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, é através dele que se conquista a independência feminina. É claro que essa situação diz respeito ao mundo urbano, diferentemente do meio rural, onde essa autonomia ainda está bastante distante.

O foco em discussão, portanto, está estritamente direcionado ao fato do trabalho desenvolvido pelos membros da unidade familiar *ter ou não* valor econômico reconhecido, no caso específico das mulheres. Para ilustrar essa argumentação, podemos tomar como exemplo a produção leiteira, atividade bastante usual em praticamente todas as propriedades de agricultores familiares. Há

<sup>4</sup> As miudezas se referem ao cultivo de produtos para consumo próprio da família, como batata, cebola, alho, amendoim, pipoca, arroz, melancia, abóbora, tomate, entre muitos outros.

<sup>5</sup> A noção “de fora” se relaciona-se ao público e as inter-relações com o espaço de trabalho, o que exclui a horta, o quintal, os espaços de plantações de pastos, de produtos de consumo interno, os estábulos etc. Ver TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 175.



uma constatação de que as mulheres teriam a responsabilidade sobre essa atividade, até um certo nível de produção destinado somente o para consumo familiar. Quando essa produção passa a receber investimentos e mecanização, aumentando a produtividade e, também, viabilizando a produção de renda, a tarefa é transferida à responsabilidade masculina, principalmente, na compra de animais, equipamentos, no manejo desses, bem como o recebimento do dinheiro. (CEMTR/DESER, 2000).

A separação entre *produtivo* e *improdutivo* em termos econômicos é bastante nítida, mas também em relação à valorização social do trabalho que cada um desenvolve. Muitas mulheres se referem ao trabalho doméstico (como o de limpeza da casa) como um trabalho invisível, *ninguém percebe se a gente limpou o chão ou não*, pois é um trabalho que não tem reconhecimento. Para Paulilo (2001), a categoria *trabalho*, seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar como trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar e nas pequenas propriedades agrícolas é uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas.

Contudo, após quatro décadas de ações coletivas e novas teorizações centradas no feminismo, parece ainda não ter sido um tempo suficiente para enraizar socialmente o devido reconhecimento dessa categoria, pois a discussão sobre o trabalho da mulher ainda está no cerne das reivindicações dos movimentos de mulheres. O reconhecimento da profissão de *agricultora* tornou-se um constante debate no interior das organizações de agricultores e agricultoras, na tentativa de desmistificar a idéia de que ser agricultora é algo *atrasado*, sendo mais *bonito* identificar-se como *do lar*.

A análise das relações de gênero na agricultura remete-nos a uma importante discussão sobre a identidade da mulher, não mais centrada nos papéis socialmente atribuídos à mulher como mãe e esposa (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, p. 50), mas no processo de construção de uma nova identidade de mulher-rural, conferindo visibilidade a sua participação na produção. Grande parte da população rural feminina está inserida em formas de organização familiares que conjugam funções reprodutivas e produtivas onde a inserção na produção é entendida como um prolongamento das atividades domésticas.

Carneiro (2001, p. 48) aponta que, reconhece-se o trabalho feminino na lavoura, em condições semelhantes ao do homem, ainda que caiba a este a posição de chefe da unidade produtiva, mesmo quando é a mulher que assume, de fato, essa função.<sup>6</sup> A autora enfatiza ainda que a participação da mulher nas tarefas agrícolas não modifica a posição de hierarquia familiar, mesmo nessas situações em que assume por completo a atividade agrícola, ela permanece na condição de auxiliar de homem. Nesse sentido, a desigualdade entre os gêneros não está calcada na invisibilidade social do trabalho feminino, ou na não participação do processo produtivo, mas nos valores ideológicos que sustentam uma sociedade patriarcal.

A invisibilidade do trabalho feminino pode ser entendida através da sua não-valorização e valoração econômica, ou seja, é um trabalho reprodutivo, que objetiva ser o mantenedor da força de trabalho na unidade familiar. Segundo Schaaf (2001, p. 98), a unidade familiar apesar de representar uma coletividade, tem relações desiguais entre os membros da mesma unidade, as quais em certa medida são refletidas na divisão do espaço da propriedade, no tempo dedicado a cada atividade e em sua importância, o que representa uma oposição entre *masculino* e *feminino* e entre *jovem* e *idoso*.

Uma pesquisa realizada no Paraná sobre gênero e associativismo na agricultura familiar (CEMTR/DESER, 2001, p. 58-60), aponta que a participação da mulher nos processos decisórios relacionados à produção no meio rural ainda é muito restrita. Indica que, apesar de se envolverem diretamente em inúmeras tarefas do ciclo produtivo familiar, as agricultoras possuem uma influência relativamente pequena sobre as decisões que afetam a continuidade dos empreendimentos realizados pela família ou então pelas associações de agricultores. Nas associações, normalmente,

<sup>6</sup> Casos onde o homem é um camponês assalariado.



prevalece uma visão que concebe os homens como os representantes *naturais*, ocupando os principais cargos de direção, decidindo sobre comercialização ou investimento, negociando projetos, participando de cursos de capacitação, enfim, assumindo a responsabilidade com o mundo público.

Por outro lado, é possível identificar uma certa insegurança das mulheres em participar de espaços construídos como essencialmente masculinos, sendo que as principais razões apontadas para explicar o maior envolvimento dos homens nas atividades desenvolvidas pelas associações estão relacionados a dois fatos interdependentes. Um atribuindo a dupla ou sobrecarregada jornada de trabalho das mulheres, e outro à maior facilidade dos homens *para sair de casa, pois eles têm mais tempo e estão mais livres*.

A maioria das mulheres ainda declara ter *medo de falar*, ou preferem dizer que “ajudam os homens a discutir em casa e depois eles expõem as idéias” no grupo. Essa insegurança das mulheres pode ser entendida por um lado, pela sua trajetória histórica de não terem sido *acostumadas*, incentivadas a expor suas idéias e por não terem oportunidades e espaços de participação das mulheres na esfera pública. Por outro lado, o sentimento de *medo* retrata a condição real da mulher agricultora, pois na prática ela é tratada (e condicionada a sentir-se) como uma pessoa *inferior*.

A desvalorização do trabalho das mulheres também pode ser identificado através da falta de investimentos em infra-estrutura para viabilizar e facilitar determinados tipos de tarefas. De forma geral, as famílias não dispõem de equipamentos eletrodomésticos ou de instalações de infra-estrutura adequada e equipamentos agrícolas que atenuem a carga de trabalho feminino, exigindo das mulheres um esforço físico adicional para cumprir determinadas tarefas. Muitas vezes, a família dispõe de recursos financeiros para adquirir tais produtos ou construir essas instalações, porém, como se trata de uma despesa associada a uma atividade vista como secundária pelos homens, não se faz nenhum investimento para facilitar as condições de trabalho designadas ainda às mulheres. Nesse contexto é perceptível como as decisões das famílias passam pelo crivo de uma perspectiva de gênero e de maior ou menor valoração do trabalho que homens e mulheres desenvolvem na unidade familiar.

## UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA ECOLÓGICA

As relações de gênero na agricultura manifestam-se sob formas imensamente variadas. Dependem dos espaços socialmente construídos, das realidades e singularidades regionais, da diversidade dos campos sociais e seus correspondentes *habitus*, do padrão cultural e dos valores determinantes, inclusive étnicos, enfim, de uma multitude de processos sociais que se expressam e se materializam em situações específicas, assim determinando o padrão de relações entre mulheres e homens no mundo contemporâneo.

Partindo da compreensão de que o gênero é uma construção social e, conseqüentemente, resultante de uma interpretação e de representações embutidas em relações de poder, as quais se reproduzem em todas as sociedades e ambientes sociais, também é esperado que essas assimetrias e as relações sociais correspondentes se mantenham no meio rural.

Como já foi evidenciado anteriormente, essas desigualdades de gênero permanecem no mundo rural, de forma bastante conservadora, em vista de valores que são mantidos pela cultura (através da educação, da religião e de outros processos de socialização) e das formas de organização e estruturas sociais apontadas em diversas pesquisas já desenvolvidas, que foram objeto de estudo, fazendo parte de uma literatura significativa na atualidade.

Considerando a viabilidade da agricultura ecológica e os estudos recentes nessa área, pode-se afirmar que a agricultura ecológica produz resultados concretos, tanto no nível ambiental quanto em termos econômicos e produtivos. Contudo, no que tange aos aspectos culturais, especialmente nas relações familiares e de gênero, ainda são escassos os estudos que enfocam o tema e que inves-

tigam os impactos de um novo sistema agrícola, assentado em objetivos ecológicos, em relações de gênero intrafamiliares e na condução do modo de vida característico da agricultura familiar.

Evidentemente, as respostas em relação à mudança no sistema produtivo, mesmo que de forma mais complexa, são mais perceptíveis até porque tendem a ser contabilizadas, quase sempre, a partir de variáveis quantitativas, não deixando de enfatizar, entretanto, que os resultados qualitativos, que na agricultura ecológica, são fundamentais tanto para os agricultores como para os pesquisadores que navegam nesse emaranhado contexto socioambiental. Entretanto, a cultura, o mundo das idéias, sua construção e desconstrução, envolvem questões do campo simbólico e da vida privada e, conseqüentemente, são aspectos fortemente subjetivos.

Os desafios interpretativos, aliás, são claramente ressaltados por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 17) quando abordam a temática da cultura, utilizando uma noção mais abrangente, chamando a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política e, portanto, às relações de poder. Segundo os autores, “[...] significa que a cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento do seu caráter *cultural* ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados”.

A cultura, nessa ótica, compreende um processo coletivo e incessantemente mutável de produção de significados que moldam a experiência social e configuram as relações sociais. Nesse sentido, Alvarez, Dagnino e Escobar apud Jordan e Weedon afirmam que “[...] cultura não é uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades”. (2000, p. 18)

Far-se-á menção a essas especificidades, no que tange aos processos decisórios, à modificação de valores, como autonomia, participação e oportunidades, mas também do processo de trabalho, às práticas de tomada de decisões, à valorização e valoração do papel e do trabalho da mulher, às novas particularidades do trabalho doméstico, entre outros aspectos, os quais expressam um outro *jogo das ações e reações*.

Parte-se de um pressuposto, qual seja: a agricultura ecológica provoca entre os atores envolvidos uma nova *visão de mundo* acerca do todo que os envolve, sua vida, seu trabalho, a atividade que realizam, suas percepções. Como já salientado, os agricultores passam a desenvolver práticas de produção inteiramente distintas das convencionais, incorporam novos valores (sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais) e estabelecem, conseqüentemente, novos processos de interação e sociabilidade.

Os princípios, que na agricultura ecológica passam a nortear tanto os processos de produção quanto os de reprodução,<sup>7</sup> atribuem extrema valorização aos componentes ambientais e, conseqüentemente, uma explícita revalorização das relações entre humanos e não-humanos ou, mais genericamente, entre sociedade e natureza. Uma entrevistada retrata algumas dessas mudanças quando destaca que “[...] A agricultura ecológica mudou tudo. Antes a gente ficava mais doente. Acho que, além de não ter mais o agrotóxico, a gente é mais feliz, porque se realiza no que faz. A gente ensina às crianças de forma diferente, tudo é valorizado”.<sup>8</sup>

Outra agricultora também salienta o aspecto da mudança e do valor atribuído aos elementos da natureza, ressaltando que “[...] nós não dávamos valor a pequenas coisas como, por exemplo, um ninho de passarinho, que antes a gente achava e matava porque ia comer as frutas, queimava-se o inço para deixar o solo limpo. Agora temos a compreensão de que tudo faz parte, [da natureza] é um reaprender tudo e ver com outros olhos”.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> A reprodução é entendida aqui como envolvendo uma noção bastante abrangente, desde o trabalho reprodutivo, mas também a reprodução de idéias no circuito das interações, nas dimensões simbólicas e materiais.

<sup>8</sup> J. P. F., agricultora, 28 anos.

<sup>9</sup> D. C. P., agricultora, 25 anos.

É importante perceber essa estrita conexão que existe entre as mudanças no sistema produtivo e as decorrentes relações entre natureza com os humanos, pois não é possível implementar esses processos sem, de fato, *reaprender* a valorizar todos os aspectos que foram praticamente esquecidos e desvalorizados culturalmente algumas décadas atrás.

Esse *reaprender*, citado pela entrevistada, tem um significado importantíssimo, envolvendo desde a tomada de decisão coletiva da família na prática e no dia-a-dia, indicando mais diálogo; o aprendizado, recuperação ou até mesmo o desenvolvimento de técnicas de produção; a modificação de valores em relação ao meio ambiente compreendendo que *tudo tem o seu lugar* e situando os seres humanos, especialmente o grupo familiar, as associações, os técnicos, os consumidores, todos os praticantes dessa rede, como agentes fundamentais para a viabilidade desse processo.

Com essa compreensão mais geral e o desenvolvimento de uma nova *visão de mundo*, as relações de gênero também assumem, crescentemente, um formato diferenciado, alterando-se significativamente as desigualdades sociais e os papéis que eram desempenhados até então por mulheres e homens. Essa hipótese geral pode ser confirmada em especial se articulada à significativa influência que os atores externos<sup>10</sup> exercem no sentido de impulsionar uma nova concepção sobre as relações de gênero.

Essa nova *visão de mundo*, portanto, seria parcial (*não ecológica*) se não provocasse maior solidariedade social e não instituisse mecanismos democratizantes nas relações intrafamiliares e de gênero. Uma agricultora relatou que “[...] na agroecologia você tem que participar, não é só produzir, tem cursos, você sai, tem uma visão diferente das coisas, fazer parte de um grupo, de uma associação, é uma mudança [...] Lá em casa, nós planejamos juntos, a quantidade que vamos plantar, em qual lugar [...], isso acontece na hora do almoço, da janta, a gente sempre conversa”.<sup>11</sup>

Ou seja, a agricultura ecológica imprime perspectivas de mudanças nos padrões de relações até então, mas é importante ressaltar, que essas mudanças, alicerçadas historicamente, necessitam de mais tempo e trabalho para serem assimiladas, adquirindo novos significados.

É possível verificar, a partir das entrevistas, que ainda é bastante difícil para as próprias mulheres apropriarem-se de uma compreensão do masculino e feminino como uma construção social, principalmente quando relacionados à idéia de divisão de papéis em relação ao trabalho, pois tal segmentação é fortemente naturalizada.

Na frase usual ouviu-se: “Eu faço um trabalho de mulher, meu marido cuida da administração”.<sup>12</sup> Mesmo tendo iniciado o trabalho da agricultura ecológica há aproximadamente 13 anos, e hoje trabalhando com uma agroindústria de massas, a entrevistada considera isso é um trabalho “somente para mulheres” e ressalta que está apenas dando continuidade ao que aprendeu com a mãe. Ao mesmo tempo, também argumenta que passou a ter mais autonomia enquanto mulher, pois tem seu negócio próprio, decidindo e não precisando pedir autorização ao seu marido. Nesse sentido, argumenta que “[...] Eu também fui dependente do marido, ele que mandava na roça e no dinheiro, mesmo quando já trabalhava com a agricultura ecológica era assim. Eu despertei há pouco tempo para uma atividade que eu gosto, a agroindústria me despertou”.<sup>13</sup>

Para algumas mulheres, a autonomia e independência significam, principalmente, *tocar* o seu próprio negócio e garantir também o seu próprio dinheiro. No entanto, a partir dessa questão, mas mantendo-se apenas em sua *exterioridade*, poder-se-ia considerar que as mulheres que desenvolvem a agricultura convencional e têm uma agroindústria também poderiam ter sua autonomia, sobretudo financeira.

Qual seria, então, o diferencial da agricultura ecológica para modificar relações de gênero? Basicamente, embora um processo de longa duração temporal, a agricultura ecológica *potencializa*

<sup>10</sup> São entidades que interagem junto aos grupos e associações como; Centro Ecológico, mediações religiosas, Emater.

<sup>11</sup> A. M. Z., agricultora, 35 anos.

<sup>12</sup> H. F. R., agricultora, 42 anos.

<sup>13</sup> H. F. R., agricultora, 42 anos.

maior espaço de adensamento societário para o conjunto dos membros da unidade familiar no interior e fora do estabelecimento agrícola, no qual a participação em novas atividades de formação, informação e articulação possibilitam, no caso específico das mulheres, integrar-se mais solidamente em processos sociais que historicamente foram fechados a elas.

Apesar de os comportamentos sociais e as evidências de novos valores (isto é, apreensões sociais sobre o mundo, transformadas em padrões normativos e práticas sociais) não serem ainda tão disseminados, parece certo que a idéia do poder masculino, em que o pai ou o homem da família comanda incontestavelmente a unidade familiar, na agricultura ecológica não se sustenta. Particularmente, porque a ruptura do padrão convencional de produção e a opção pelo ecológico não se constroem sobre uma decisão individual. Esse processo de mudança no sistema de produção possibilita (ou, pelo menos, potencializa) mais democratização, justamente porque está se vivenciando por essas famílias algo que é novo, desafiador e com implicações profundas para toda a família, razão pela qual precisa ser discutido por todos os seus integrantes.

A adesão à agricultura ecológica surgiu de idéias de grupos de jovens e isso significa, obrigatoriamente, que houve um debate familiar para optar por essa mudança, durante a qual o *patriarca* perdeu automaticamente um pouco de seu poder, sendo forçado a ouvir a opinião da mulher e dos filhos, ou então, como ocorreu em muitas situações relatadas, elas próprias começaram a participar das atividades da associação e, munidas de uma renovada capacidade argumentativa, convenceram o marido após este perceber os resultados concretos.

Alguns fatores são fundamentais na análise sobre a valorização do papel da mulher na agricultura ecológica. As atividades que antes eram desenvolvidas somente para a subsistência da família, na agricultura ecológica, sob forma qualificada e em número maior, passam a ser a principal renda da família.

Ou seja, há uma agregação de valor econômico nas atividades que antes eram somente desenvolvidas pelas mulheres. Ao decidir pela mudança no sistema produtivo, faz-se uma opção por também investir num espaço que era antes essencialmente feminino, e as mulheres passam a ser sujeitos fundamentais desse processo, em vista do domínio das técnicas de produção, da habilidade e experiência. Como recorda uma entrevistada, “[...] Antes a horta era trabalho da vó. Hoje aumentamos o tamanho da horta e todos trabalham. Os homens antes tinham receio de trabalhar na horta e, hoje, eles vêem que este é um trabalho que dá dinheiro”.<sup>14</sup>

A produção de olerícolas, também requer um trabalho mais delicado, cuidadoso e planejado, para possibilitar que semanalmente este *mix* de produtos possa ser oferecido ao consumidor. Portanto, necessita do envolvimento de todos os membros da família nesse minucioso trabalho principalmente o de plantio e de colheita dos produtos para a feira.

Um depoimento de outra agricultora igualmente revelou, segundo sua visão, que “[...] na horta ele faz este trabalho com prazer. Eu acho que antes ficava na responsabilidade da mulher, talvez porque o homem não tinha tempo ou, havia falta de interesse. Mas hoje, como é uma de nossas principais atividades, ele prioriza. Pensando bem é porque dá renda, dinheiro. Antes, era só para subsistência, não rendia dinheiro; agora, a venda da feira dá retorno toda semana, é mais rápido”.<sup>15</sup>

A agricultura ecológica envolve mais as pessoas em todas as atividades. Além disso, as atividades prioritariamente desenvolvidas passam a ser de cultivos de produtos, de que normalmente as mulheres tinham o domínio, como, por exemplo, a horta. Nessa lógica, a mulher passa a ser peça-chave no desenvolvimento da atividade agrícola ecológica, pois ela sabe as *luas* da semeadura, o tempo de crescimento e de maturação das hortaliças, as receitas e o modo de fazer as conservas e outros aspectos.

---

<sup>14</sup> T. M. C., agricultora, 46 anos.

<sup>15</sup> M. C. Z., agricultora, 35 anos.

Esse processo possibilita às mulheres um espaço de diálogo que, conseqüentemente, pode ser entendido também como democratização das decisões, pois as mulheres estão diretamente envolvidas. É notável perceber a dicotomia que há entre a agricultura convencional e a agricultura ecológica em tal aspecto, o que antes era uma relação completamente patriarcal, com a total predominância do pai como o chefe da família, acerca das decisões tomadas por ele, ou então consultando os filhos homens mais velhos, de preferência casados, agora passa a ser um processo conjunto de tomada de decisões: “[...] aqui, é tudo de igual para igual [...] é tudo junto, não há essa coisa de que um cuida e decide, todos sabem de tudo”.<sup>16</sup> Ocorre que, pelo fato de todos os membros da família inserirem-se em praticamente todo o conjunto de atividades (produção, transformação dos produtos, comercialização, negócios/administração, capacitação técnica e organizativa e outros). É preciso que se estabeleçam relações mais democráticas tanto de poder quanto de saber, o que possibilita aos indivíduos envolvidos o dominarem todo o processo que está sendo desenvolvido.

O processo de participação dos membros da unidade familiar e, especialmente, das mulheres, em atividades como reuniões ou cursos, técnicos ou político-pedagógicos, que propiciam maior conhecimento e segurança no desenvolvimento da prática da agricultura ecológica, promove maior satisfação entre os membros da família e também entre as participantes do grupo da associação. A interação com outros indivíduos, e a dinâmica desenvolvida nessas atividades, nas quais todos têm algo a aprender, mas também a ensinar, proporcionam a recuperação da auto-estima desses agricultores e agricultoras.

Para as agricultoras entrevistadas, esses espaços permitem discutir as desigualdades de gênero, já que, nesse caso, “[...] na agricultura ecológica participamos de cursos, de reuniões e, nos grupos, as mulheres têm uma visão um pouco diferente. Mas aquela mulher que está só trabalhando e não participa de quase nada, nossa! Essa mulher não é valorizada e ela não quer participar porque não tem espaço que ela se sinta bem”.<sup>17</sup> É possível compreender que o processo de interação social recupera para as mulheres a auto estima, transformando-as em sujeitos ativos e importantes no grupo familiar e na sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, nesse conteúdo, entender alguns aspectos sobre os processos de transição para a agricultura ecológica e como esses dialogam com as relações de gênero. Essa reflexão, ainda que inicial, revelou indícios de alterações no mundo da vida de agricultores e agricultoras.

A opção pela agricultura ecológica envolve uma série de fatores dentro da unidade familiar, principalmente relacionado aos processos decisórios, no qual o poder patriarcal, que dominava anteriormente passa a ser desmantelado, redefinindo de papéis e espaços. Uma constatação inicial foi de que o espaço de trabalho antes considerado improdutivo (doméstico ou privado) agora passa a ser o principal local de produção onde é garantida a maior parte da renda familiar. O *improdutivo* (da casa, da horta, da transformação de alimentos, da fabricação de pães, doces, conservas, sucos, da criação e cuidado dos animais domésticos e outros) que era desenvolvido essencialmente pelas mulheres, com papel secundário, e finalidade de garantir a subsistência familiar, tem na agricultura ecológica uma extrema valorização e valoração econômica.

Dessa forma é possível observar que ocorre uma transferência radical do local estratégico de produção. Ou seja, há uma transferência de valor, o que era improdutivo e desvalorizado, passa a ser produtivo e valorizado.

O espaço doméstico, historicamente destinado às mulheres, constitui-se como um lugar, talvez o único, onde as mulheres têm maior *poder*, mesmo que nunca tenha sido considerado importante.

---

<sup>16</sup> J. P. E., agricultora, 28 anos.

<sup>17</sup> A. M. Z., agricultora, 35 anos.

Se esse é um espaço de domínio feminino, é difícil compreender porque de um momento para o outro ele se torna extremamente valorizado.

A pesquisa de campo, bem como as evidências empíricas, demonstraram que essa mudança no *local* de produção está estritamente ligada à valoração econômica que este passa a obter. Observou-se, por exemplo, que o maior aumento em termos da produção foi o de olerícolas, antes produzido somente para consumo familiar. Certamente, essa mudança na estratégia produtiva passou também pelo convencimento das mulheres, pois são elas que obtêm maior conhecimento e domínio das técnicas de produção.

Outro elemento a ser destacado, diz respeito à complexidade dos processos de mudança ambiental que envolve várias dimensões, no qual *o olhar* sobre as relações de gênero é parte integrante. As transições ecológicas permitem a todos os envolvidos uma nova visão de mundo, em vista das necessidades de aprender e reaprender técnicas produtivas, novos padrões e relações societárias, oportunizando mudanças de valores em relação à natureza e os humanos.

A forma pela qual a agricultura ecológica estrutura-se, no espaço intrafamiliar e interfamiliar, faz com que todos os membros da unidade produtiva entrem em contato com outros espaços societários, e de interação, sejam eles em momentos de qualificação ou aperfeiçoamento (cursos, oficinas), troca de experiências (com outras associações e grupos) ou mesmo nos espaços de comercialização que, principalmente, para muitas entrevistadas, consideram esses momentos como uma *escola de aprendizado*. A visão de mundo amplia-se e conseqüentemente amplia-se à visão sobre o papel e valorização da mulher.

A relação que era estabelecida pelo poder masculino, no qual o pai decidia sobre os rumos do processo produtivo convencional, agora precisa ser remetido a uma discussão com a família e principalmente com a mulher que tem o domínio desse espaço. É possível evidenciar que a tomada de decisões sobre a agricultura ecológica foi feita de forma coletiva, mesmo sendo um processo mais longo e demorado. Conseqüentemente, essa mudança exige a necessidade de, além de dominar as técnicas de produção existentes, buscar outras formas de aprendizado.

A agricultura ecológica possibilita, nas relações interfamiliares e com outros atores, maiores processos de sociabilidade e interação e, nas relações intrafamiliares, maiores espaços de diálogo e tomada de decisões coletivas. Esses elementos articulados permitem apontar que as mulheres ecologistas têm mais espaços e oportunidades de participação social, permitindo sentirem-se sujeitos e parte do processo. Também é possível evidenciar que os processos decisórios tornaram-se mais democráticos e as relações de trabalho menos desiguais, com relativo reconhecimento do trabalho da mulher.

É importante considerar que a transição que está sendo desenvolvida por esses agricultores e agricultoras na direção da agricultura ecológica é um processo que encontra limites que precisam ser superados internamente nas famílias, nas associações, assim como nas relações externas mais gerais. As desigualdades de gênero já começam a ser superadas, pois estão em andamento novas configurações que possibilitam relações mais democráticas entre mulheres e homens. É claro que essas mudanças não andam na mesma velocidade das verificadas no sistema produtivo, entretanto, embora de forma um pouco mais lenta, a agricultura ecológica seja um dos principais espaços de reconstrução de relações e de reencontro com padrões societários socialmente mais justos e igualitários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.



- BEDIA, Rosa Cobo. Género. In: AMÓROS, Célia. *10 palabras clave sobre mujer*. Navarra: Verbo Divino, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU et al. (Org.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: UFSM, 1996. p. 39-58.
- CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.
- \_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 45-57, nov. 1995.
- CEMTR/DESER. *Gênero e associativismo na agricultura familiar*. Curitiba: [s.n.], jan. 2000.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organizacion de la unidade económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985. p. 210.
- DEERE, Carmem D.; LEÓN, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GOODMAN, David et al. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HOBBSAWN, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JORDAN, Glenn; WEEDON, Chris. *Cultural politics: class, gender, race and the postmodern world*. Oxford: Blackwell, 1995.
- NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- PASTORE, Elenice. *Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de pesquisa*, PPGSP/UFSC, n. 21, jun. 2001.
- RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?* As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.
- SCHAAF, Alie van der. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCHIMITT, Claudia Job. *Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da região Serrana do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.
- TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.